

Nacional

ROLAGEM DA DÍVIDA

Rio Grande do Sul quer pagar US\$ 190 milhões

por Lilian Bem David
de Porto Alegre

O governo gaúcho pagará, em 1994, US\$ 190 milhões da dívida da administração direta para com o governo federal, correspondentes ao limite de comprometimento de 9% da receita líquida própria do Rio Grande do Sul neste ano, conforme foi aprovado pelo Senado.

"Em relação ao limite de comprometimento não conseguimos um grande resultado, já que o Senado aprovou 9% no primeiro ano e 11% nos seguintes, quando pleiteávamos 7% e 9%", reconheceu o secretário estadual da Fazenda, Orion Cabral. O limite estipulado exigirá a redução neste ano de US\$ 51 milhões de investimentos do estado, informou.

Cabral considera, no entanto, que a rolagem das dívidas dos estados para com a União ficou bem equacionada devido à inclusão na negociação das dívidas mobiliárias (além das dívidas para com os bancos públicos federais, para com a Previdência, e das dívidas externas). No caso do Rio Grande do Sul, a dívida mobiliária é de US\$ 2,2 bilhões (último dado disponível, de outubro de 1993), do total da dívida de US\$ 3,02 bilhões da administração direta, informou o diretor técnico da Junta de Coordenação Financeira do estado, Donato Morschbacher. Outros US\$ 600 milhões de órgãos da administração indireta foram incluídos na negociação da rolagem da dívida gaúcha, acrescentou ele.

A quantia de US\$ 3,6 bilhões não inclui os valores das dívidas da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), que totalizam US\$ 2,6 bilhões — elevando a dívida global gaúcha para US\$ 6,2 bilhões, explicou Morschbacher.

Cabral acredita que o limite de comprometimento da receita líquida própria estabelecido pelo Senado deverá ser renegociado. "Para os gaúchos, os números aprovados significaram a perda do que havíamos ganho com a aprovação no ano passado da elevação da alíquota de ICMS de 17% para 18%", disse o secretário. Mas a entrada da dívida mobiliária na rolagem forma uma espécie de "colchão", considerando que implicava juros reais de 22,5% ao ano e exigia do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banri-sul) zerar posições diariamente, explicou.